

# O GOLPE DE 1964 E O DISCURSO ANTICOMUNISTA DE JARBAS PASSARINHO NO ESTADO DO PARÁ

THE 1964 COUP AND THE ANTICOMMUNIST DISCOURSE OF JARBAS PASSARINHO IN THE STATE OF PARÁ



João Pedro Marques Ferreira Normando<sup>1</sup>

## Resumo

O objetivo desse trabalho é observar o discurso anticomunista de Jarbas Passarinho através de seus livros de memórias, e assim ponderar acerca das bases de sustentação desse discurso para legitimar o golpe civil-militar de 1964 em curso no Brasil, à época. Além disso, busca-se inserir o estado do Pará dentro do contexto de movimentação política que sombreia o país no período, juntamente com os alinhamentos globais da Guerra Fria e divisão ideológica entre liberais e comunistas.

**Palavras-chave:** Jarbas Passarinho; golpe civil-militar; comunismo.

## Abstract

The objective of this study is to analyze the anti-communist discourse of Jarbas Passarinho through his memoirs and, thus, reflect on the foundations that supported this discourse in legitimizing the ongoing civil-military coup of 1964 in Brazil at the time. Additionally, the study aims to place the state of Pará within the broader context of political movements that influenced the country during this period, alongside the global alignments of the Cold War and the ideological division between liberals and communists.

**Keywords:** Jarbas Passarinho; civil-military coup; communism.

## Introdução: o contexto anticomunista global

Em 1964, o golpe civil-militar foi orquestrado por setores conservadores da sociedade civil em conjunto com o poderio militar das Forças Armadas, que assim derrubaram o então presidente João Goulart com o pretexto de “livrar o Brasil do comunismo”, palavras essas que são frequentemente encontradas nos discursos

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Social and Political Thought - University of Sussex, reconhecido como Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e atualmente é doutorando em Filosofia pela Universidade do Porto.



daqueles que apoiaram o golpe, já que, supostamente, haveria uma ameaça comunista que incomodaria ambos os setores.

O golpe foi o resultado de uma divisão na sociedade brasileira. Uma divisão de projetos, um reformista e um contra reformista, com leituras diferenciadas sobre desenvolvimento e modernização. O quadro geral da Guerra Fria acentuou essa corrida, além de alimentar esse sentimento anticomunista na parcela mais conservadora da sociedade. Os países “subdesenvolvidos” capitalistas deveriam se preocupar com sua segurança interna, ou seja, cuidar da subversão comunista. Visando isso, os golpistas de 1964 pretendiam varrer, do plano político, o reformismo, que atingia diretamente seus interesses econômicos e políticos<sup>2</sup>.

O discurso anticomunista, portanto, precisava ser legitimado perante a sociedade e ir além, criando sentimentos onde a conexão fosse plausível, como a classe média e grupos empresariais. Para isso, as Forças Armadas precisavam criar a “ação ideológica” além da “ação política”, como diz René Dreifuss. Para o autor:

Segundo o líder ipesiano Glycon de Paiva, essas atividades que beiravam a ilegalidade podiam ser resumidas como a preparação de civis para assegurar um clima político apropriado para a intervenção militar. Em sua opinião, a ação política tinha que ser sigilosa. Suas recomendações envolviam a “criação de um caos econômico e político apropriado para a intervenção militar, o fomento à insatisfação e profundo temor ao comunismo por patrões e empregados, o bloqueio de esforços da esquerda no Congresso, a organização de demonstrações de massa e comícios e até mesmo atos de terrorismo, se necessário”<sup>3</sup>.

Em nossa pesquisa, foi preciso ir além de Dreifuss, pois o fomento ao anticomunismo, no Brasil e no Ocidente, não é resultado de uma intenção política que visava apenas o Brasil em 1964. Sobre o “espectro” comunista, Perry Anderson explica que se mostrava uma negação ao capitalismo, prometendo sua derrocada em todo o planeta. O comunismo, para Anderson, era um inimigo muito mais radical do que fora o fascismo, pois este não havia intenção de modificar as estruturas dos meios de produção<sup>4</sup>, e completa, falando sobre democracia e comunismo:

---

<sup>2</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: a história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

<sup>3</sup> DREIFUSS, René. **1964: A conquista do estado**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1981.

<sup>4</sup> ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.P. 27



O que tinha de ser protegido – isto é, expandido – contra a ameaça totalitária do comunismo era um mundo livre à imagem e semelhança da liberdade norte-americana. (...) Enquanto o comunismo era uma ameaça, o termo capitalismo era tudo menos um termo tabu no vocabulário do Ocidente<sup>5</sup>.

Com isso, este artigo concorda com a historiografia atual sobre o tema quando a mesma diz que, depois de revisões bibliográficas<sup>6</sup>, o golpe assumiu a conotação civil-militar, e não apenas militar. Deve-se concordar que a sociedade civil foi importante para que o golpe se concretizasse com êxito. O Pará, não distante da realidade dos grandes centros em 1964, contou com sua movimentação golpista e anticomunista, sob a liderança política de Jarbas Passarinho, apoiado pelas Forças Armadas.

O discurso anticomunista, então, não é um tema recente. Historiadores concordam que o golpe civil-militar de 1964 foi disparado para deter o avanço desta ideologia. Marcelo Ridenti afirma que o golpe buscou legitimidade nos segmentos expressivos em partes da sociedade que se sentiram ameaçadas com o suposto crescimento do comunismo, sindicalismo e da corrupção, junto com o contexto da Guerra Fria<sup>7</sup>. Rodrigo Patto vai além. Para ele, diversos grupos se juntaram para frear a chamada “comunização” ou “esquerdização” do país, o que afetaria os interesses de todos. E esses interesses não eram apenas de ordem econômica ou política, mas também cultural, como a defesa de valores religiosos. O consenso anticomunista, diz Patto, foi fundamental para unir esses grupos, mesmo que eles não tivessem nenhuma proposta de governo concreta<sup>8</sup>. Para Marcos Napolitano, os golpistas de 1964 varreram da agenda brasileira o reformismo, dando lugar a bandeiras conservadoras e antirreformistas. Para o autor, o golpe foi resultado de uma profunda divisão entre projetos no país, intensificada pelo quadro

---

<sup>5</sup> Ibid. p. 41-43.

<sup>6</sup> Para referências sobre o termo “ditadura civil-militar” ver: PETIT, Pere; CUELLAR, Jaime. *O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 169-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862012000100011>. Acesso em: 26 dez. 2024, p. 170; e RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. in REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 31.

<sup>7</sup> RIDENTI, Idem.

<sup>8</sup> SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *A modernização autoritário-coconservadora nas universidades e a influência da cultura política*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto(org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 49-50.



internacional da Guerra Fria. Para ele, os países subdesenvolvidos deveriam alinhar-se ao bloco capitalista liderado pelos EUA, a fim de eliminar a subversão comunista infiltrada<sup>9</sup>.

Portanto, estudar o anticomunismo nessa conjuntura da história brasileira é analisar, dentre outros fatores, o núcleo central dos argumentos que justificam e perpetuam o golpe civil-militar de 1964, assim como qual a concepção do anticomunismo na mentalidade de parte da sociedade e perceber suas origens e conseqüentes influências. Tão importante quanto análises culturais, mudanças econômicas ou sociais do período é entender como é e de que maneira esse discurso se perpetuou na sociedade brasileira, a ponto de fazer com que parte dela contribuísse ativamente com o movimento

Além disso, a conjuntura internacional no Ocidente colaborou decisivamente para que a América Latina como um todo passasse por momentos de deposição e queda de políticos e governos. Mas essa conjuntura vai além dos limites políticos: é uma ideologia anticomunista que agrega a defesa de outro discurso em contraposição, a da “verdadeira democracia” e da “liberdade”, liderado pelos Estados Unidos<sup>10</sup>.

No Pará, temos o discurso anticomunista escrito em páginas de jornal e livros de memória. Jarbas Passarinho, militar de carreira, assumiu para si a responsabilidade de “destróçar os adversários ideológicos”, ou seja, varrer a infiltração comunista do estado. Para isso, Passarinho escreveu em jornais e produziu livros de memória, sendo este o local de seu discurso cabível de problematização, contextualização e análise. Logo, é importante resgatar esses “significados sociais” dos discursos anticomunistas em 1964 e como ele foi decisivo na hora de obter o necessário apoio civil ao golpe. Citando Paul Ricoeur, Quentin Skinner afirma que não há dúvidas que os textos possuem significados e formas conscientes no momento de sua concepção, mas reconstituir o significado é de segunda importância quando comparado a tarefa de investigar os “significados

---

<sup>9</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 10-11

<sup>10</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional*. In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964: visões críticas do golpe**. São Paulo, Editora da Unicamp, 2014



sociais” que ele adquire ao longo do tempo<sup>11</sup>. Portanto, o ato de escrever e de se comunicar também estabelece uma relação de poder entre as partes. O discurso anticomunista é uma relação de força simbólica entre uma intenção e seu significado social: diluir o anticomunismo no seio da sociedade de uma forma que ela o veja como algo de mútuo interesse.

Não é nosso objetivo discutir se havia ou não um movimento revolucionário comunista em curso, ou se João Goulart estava trabalhando em favor de um ou de outro. É nosso objetivo entender como foi produzida a manifestação anticomunista e como ela se reproduziu através das memórias de Jarbas Passarinho, que veio a ser governador do Pará em junho de 1964, depois da cassação do mandato de Aurélio do Carmo. Além disso, procurou não se limitar à questão linguística e política, mas também agregar importância com a questão memorialística acerca do golpe civil-militar de 1964 e seus motivos. Sobre isso, buscaram-se autores para entender questões mais subjetivas da produção da memória: os sentimentos humanos que levam a determinadas atitudes, como o próprio anticomunismo. Jarbas Passarinho é a representação desse sentimento por estar inserido nos motivos para apoiar o golpe civil-militar de 1964 baseados nessa premissa. Trata-se, portanto, de estudar a representação do anticomunismo no discurso de Passarinho e na retratação de sua memória

Ao ler as autobiografias de Jarbas Passarinho, podemos perceber uma forte inclinação para que seus atos, sejam eles militares ou políticos, sejam respaldados de maneira positiva, dentro de sua própria égide. É o que Pierre Bourdieu chama de “profeta jurídico”, ou “sábio”, ou até mesmo “legislador artista”: “ele deve ser bem-sucedido em todas as ocasiões”<sup>12</sup>. Passarinho procura sempre justificar seus argumentos e ações, inclusive sua inclinação anticomunista, como cita nesta passagem:

Como a crítica a alienação religiosa me impedira de aceitar o comunismo, só bem mais tarde, já major, eu voltava a interessar-me

---

<sup>11</sup> RICOEUR, Paul. *Hermeneutics and the Humans Sciences*, edição e tradução de John B. Thompson, Cambridge, 1981. Pp 174-201. Apud SKINNER, Quentin. **Visões da Política: Questões metodológicas**. Alges, Portugal. DIFEL, 2002. P. 136.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos em College de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 93-95



pelo marxismo, já agora com a intenção de ter argumentos para a refutação da ideologia dominante em um terço do mundo<sup>13</sup>.

Logo, o que Jarbas Passarinho escreve está associado a suas experiências passadas, tanto nas disputas ideológicas, políticas ou religiosas quanto pessoais, como fica claro quando o mesmo cita o esfaqueamento de seu irmão por um militante comunista. O anticomunismo na mentalidade do autor é resultado de diversas influências desde que Passarinho passou a conceber o mundo “certo”, “justo” ou “democrático” por sua própria visão.

### **Quadro teórico e análise de discurso biográfico como documento histórico: o caso Passarinho**

Fazer análise de discurso já é, por si só, trabalhar com a subjetividade do autor. Há a questão do lugar de fala, da intencionalidade do discurso e dos rumos que aquelas palavras tomam. O discurso político, portanto, não foge à essa regra. A pesquisa foi guiada pelos postulados teóricos de John Greville Pocock, Quentin Skinner e Pierre Bourdieu, que escreveram com relevância sobre o tema do discurso político. Nesse sentido, conforme o próprio Bourdieu:

Todo ato de fala e, de um modo geral, toda ação é uma conjuntura, um encontro de series causais independentes: de um lado, as disposições, socialmente modeladas, do *habitus* linguístico, que implicam uma certa propensão a falar e a dizer coisas determinadas (interesse expressivo), definida ao mesmo tempo como capacidade linguística de engendramento infinito de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada; do outro, as estruturas do mercado linguístico, que se impõem como um sistema de sanções e de censuras específicas<sup>14</sup>.

A noção de *habitus* que Pierre Bourdieu se refere é o conjunto de ideias e representações que constituem a subjetividade dos indivíduos e suas predisposições para a ação - e que são adquiridas ao longo de seus rumos sociais. Essas ideias e representações são “estruturas estruturadas” porque é o resultado da interiorização das estruturas objetivas; são também “estruturas estruturantes” porque elas são predisposições que tendem a nortear as práticas dos indivíduos e, portanto, a

<sup>13</sup> PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996, p. 159

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.24.



reestruturar as estruturas objetivas. Uma melhor significação de *habitus* é definida por Maria da Graça Jacinto Setton:

*Habitus* surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientadas para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada<sup>15</sup>.

Em termos práticos, o *habitus* de Jarbas Passarinho seria sua própria relação com a mentalidade e as ideias que os cercam. O social estruturado o mental estruturante atuam em confluência e formam o caráter anticomunista do autor, assim como forma as opiniões políticas dos que acreditam no anticomunismo. O individual, ou seja, as convicções, não é alheio ao que é coletivamente orquestrado e formam sua *predisposição à ação*. Em outras palavras, a *predisposição* é a internalização de sentimentos que moldam e norteiam as ideias e ideais de Passarinho, no caso, o anticomunismo.

Para Pocock, o contexto linguístico é um ponto de partida promissor nos estudos da história do discurso político, posto que o pensamento deva ser anunciado para poder ter uma história e que tal história pode ser vista como uma interação entre o ato de fala e a linguagem, isto é, entre *parole* (discurso, palavra) e *langue* (língua). O historiador deve mover-se da *langue* para a *parole*, isto é, aprender as linguagens para gerar os atos de fala que foram feitos dentro delas e começar a pesquisar em busca dos efeitos desses atos, geralmente com relação às circunstâncias e ao desempenho de outros atores que usaram ou estavam expostos ao uso dessas linguagens, e mais especificamente sobre as linguagens dentro das quais esses atos foram efetuados<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, Aug. 2002.

<sup>16</sup> POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 30



Segundo Quentin Skinner, não se deve utilizar o discurso apenas isolando-o. Para o autor, identificar seu uso e sua sujeição no contexto em que foram empregados dentro de um determinado jogo de linguagem e de vida. Significa dizer, ainda segundo Skinner, que palavras também são ações e que também significam algo<sup>17</sup>. Portanto, foi utilizado o discurso de Jarbas Passarinho em suas memórias para elucidar seus motivos e expressões anticomunistas que sustentam sua ação golpista em 1964. Como o supracitado Skinner afirma, essas palavras não ficam apenas no âmbito linguístico, pois também representam ações no momento em que são produtivas.

Para Stella Bresciani e Marcia Naxara, memória e ressentimento são conceitos que nos levam a duas proposições metodológicas, mesmo com suas características subjetivas. A primeira é a comunicação voluntária de experiências ou transmissão oral de lendas. A segunda, que nos é interessante, é a memória voluntária construída como estratégia de luta política e afirmação positiva da identidade.<sup>18</sup> Esse é um mergulho profundo, que exige um saber mais subjetivo do que o comum.

Sobre a questão de memória e ressentimento, Michèle Ansart afirma que o ressentir é um afeto associado a formas de agressividade, ciúme, inveja, raiva e desejos de vingança que suscitam, assim, sintomas obsessivos. O ressentimento remete a um temor causador de fantasmas – no sentido de eventos traumáticos que “assombram” - e pensamentos hostis. A autora, ao pesquisar sobre essa questão durante o período da Revolução Francesa, afirma que havia a “lei dos suspeitos”, ou seja, uma lei de caráter “moral” que ameaçava a prisão de todo e qualquer indivíduo cujas convicções revolucionárias fossem postas em dúvida, de acordo com sua visão política acerca do mesmo movimento revolucionário. Logo, exerceu-se uma “repressão moral”, por volta de 1793<sup>19</sup>.

Para Claudine Haroche, os mecanismos políticos suscitam, encorajam e toleram certos tipos de valores, sentimentos, personalidades, mentalidades

---

<sup>17</sup> SKINNER, Op. Cit. P. 147.

<sup>18</sup> BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. Apresentação. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 9.

<sup>19</sup> DOURLENT-ANSART, Michèle. *O ressentimento – As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência*. In: **Ibid.**, p. 347-355



particulares e comportamentos físicos e psíquicos. Ao mesmo tempo criam, reforçam e revelam um clima, uma atmosfera ou um estado de espírito<sup>20</sup>. Na mesma linha, Paul Zawadzki afirma:

O fato de o ressentimento ser tão frequentemente associado aos fenômenos sociais e políticos que os pensadores democráticos não apreciam (nacionalismo, racismo, totalitarismo) deveria seguramente aumentar nossa vigilância epistemológica. Mas, além das inevitáveis distorções induzidas na análise pelas atitudes fóbicas (...). É possível interpretar o nacionalismo, o racismo e, de maneira geral, as dinâmicas totalitárias como orientações políticas paradoxais, no sentido de que constituem negações da modernidade democrática, nascidas em seu seio, mas desenvolvidas em reação a ela<sup>21</sup>.

É comum, na leitura das memórias estudadas de Jarbas Passarinho, encontrar a palavra “Justiça Social” quando tentava explicar os motivos do movimento de 1964 ter tomado características anticomunistas. Para Zawadzki, a dimensão vingativa do ressentimento pode aparecer em diversos termos de um ferimento moral, por meio do sentimento de indignação ou algo que indica certa ideia de justiça.

Se a necessidade de justiça parece universal, seus conteúdos (justo, o injusto, o legítimo, o ilegítimo) variam em função das escolhas e das orientações culturais não redutíveis e considerações ligadas à psicologia individual. E é por isso que, escolhendo distinguir inveja (paixão) e ressentimento (sentimento moral), veremos no segundo eixo que o advento da democracia dá origem a um novo conflito, colocando em confronto concepções divergentes de justiça e legitimidade, produzindo ao mesmo tempo duas grandes formas de ressentimento, de significados opostos (igualitário e não igualitário)<sup>22</sup>.

Nos procedimentos práticos, este foi um estudo de análise das ideias e do discurso, juntamente com a construção de memória sobre o anticomunismo no Brasil na ambiência do golpe civil-militar de 1964. A pesquisa foi realizada através das leituras de dois livros de memórias autobiográficas do militar e político Jarbas Passarinho, sendo elas *Na Planície* (1990) e *Um Híbrido Fértil* (1996). Além disso, uma contextualização historiográfica e temporal foi feita para que as palavras e os discursos do autor fossem corretamente situados dentro do seu tempo e lugar,

---

<sup>20</sup> HAROCHE, Claudine. *Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos*. In: *Ibid.*, p. 329.

<sup>21</sup> ZAWADZKI, Paul. *O ressentimento e a igualdade: contribuição para uma antropologia filosófica da democracia*. In: *Ibid.*, p.369

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 370.



seguindo os pressupostos teóricos. O propósito do trabalho foi não se debruçar sobre questões de lembranças ou esquecimentos, mas a atuação da construção da memória na produção do discurso anticomunista.

Para Quentin Skinner: “(...) melhor maneira de abordar esses textos é concentrarmos-nos no que cada um deles *diz* sobre os “conceitos fundamentais” e as “questões recorrentes” da moralidade, da política, da religião e da vida social<sup>23</sup>”. Um dos pontos de Robert Tuck é enfatizar o quão é importante, para o historiador dos eventos políticos, saber diferenciar-se da metodologia da ciência política e da filosofia política, mas sem rejeitá-las, trabalhando com a afirmação de que a história é uma ciência que permeia outros campos de estudos e que não se restringe a si próprio. No interesse de estudar a representação anticomunista no discurso e memória de Jarbas Passarinho, há de se entender que o uso desse modo de análise dentro da historiografia também requer cuidados. Afinal, representações, discursos e memórias também são construções histórico-sociais, passíveis de problematização:

Há que ter cautela, também, para evitar um olhar simplista no que se refere às relações entre representações e realidade. Se, de um lado, não é factível acreditar que as representações apresentam uma imagem perfeita da realidade, por outro não se deve supor a inexistência total de correspondência entre os dois fatores. Representações são construções embasadas na realidade, ainda que muitas vezes produzam versões caricaturais e mesmo deformadas do “real”<sup>24</sup>.

A memória do golpe civil-militar de 1964 pode ser e vem sendo trabalhada como uma disputa entre os “vencedores” (os golpistas vitoriosos) e os “vencidos” (os golpeados derrotados). Analisar as memórias de Jarbas Passarinho é, dentro desse parâmetro, observar um vitorioso, ou “vencedor”. É importante que se tenha essa variedade de memórias a disposição. Porém, é preciso cuidado nessa distinção, já que estamos falando de uma autobiografia que contém discursos e memórias construídas sobre um passado que convém ao autor. Por isso, como afirma Verena Alberti, é preciso distinguir a memória dita “oficial” ou “dominante” da memória “genuína” ou “dominada”. Há uma multiplicidade de memórias em disputa<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> SKINNER, 2002, p. 81.

<sup>24</sup> SÁ MOTTA, 2000, p. 11-12.

<sup>25</sup> ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004, p. 39.



## Jarbas Passarinho: anticomunismo e seus discursos de sustentação ideológicos

Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta, assim se sustenta o anticomunismo no Brasil de 1917 até 1964: no catolicismo, no nacionalismo e no liberalismo.<sup>26</sup> Na introdução de *Na Planície*, Jarbas Passarinho adverte: “Procurei, com todo meu empenho, ser isento nos relatos dos fatos, até porque só assim poderei aspirar a ter, nestas memórias, igualmente um julgamento isento e honesto de quem me ler”.<sup>27</sup> Na mesma sessão, já dá indícios de que sua vida política começou bem cedo, aos 15 anos, e junto com ela vieram os adversários políticos: “(...) vice-presidente do Diretório do Ginásio Paes de Carvalho. Os integralistas e comunistas tentaram cooptar-me”<sup>28</sup>. Fora procurado pelos dois grupos políticos, afirma o autor. Recusou o integralismo por seu nacionalismo exagerado, com pautas que os aproximavam da Alemanha de Hitler. Viu no comunismo um potencial adversário quando tomou conhecimento do modo como esse grupo tratava a religião. Afirmou, em *Na Planície*, que a seguinte “doutrinação” o afastou definitivamente do contato com os comunistas:

Eles, à época, eram transparentes no combate à religião e à Deus. Alienação primeira. Repetiam Marx, na Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito, de Hegel: ‘A religião é o gemido da criatura acobardada pelo mal; é a alma de um mundo sem coração; é um ópio para o povo’. (...) Para ser marxista, portanto, impunha-se não somente criticar a religião, mas denunciá-la como a origem de todas as alienações, desfazer-se da esperança transcendentalista e aderir incondicionalmente ao materialismo. Os comunistas diziam com toda clareza: ‘ Não foi Deus quem criou o homem, mas o homem que inventou Deus’<sup>29</sup>.

Ao longo de suas palavras, Passarinho expõe sua afeição pelo catolicismo apostólico romano. É daí, afirma ele, que vem sua rejeição ao materialismo histórico, uma das teses de Karl Marx: “O conflito foi, pois, inevitável. Eu, discordando do materialismo histórico, teria de rejeitar o comunismo”<sup>30</sup>. Logo, um dos motivos que fez Jarbas Passarinho repelir as ideias de esquerda foi a questão religiosa. Segundo Lucilia de Almeida Neves Delgado, o catolicismo oficial procura afirmar-se como poder e aliou-se ao poder político para combater ideias liberais e

<sup>26</sup> SÁ MOTTA, 2000, p. 35-36.

<sup>27</sup> PASSARINHO, Jarbas. *Na Planície*. Belém; Edições Cejup, 2ª edição, 1991, p. 99.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 10.

<sup>29</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 12.



comunistas, assegurando assim a ordem da nação brasileira. A autora afirma que vai se formando uma nova “cristandade formal” que afasta grande parte do povo, atraindo e fazendo ligações com setores da classe média, rejeitando a pluralidade do povo brasileiro e “intelectualizando”, assim, o catolicismo:

A grande preocupação está na luta contra o comunismo, os protestantes, os espíritas e a mentalidade laicizante. Toda a linguagem religiosa está direcionada na preservação da ordem moral, pelo respeito as autoridades constituídas e pelos valores religiosos católicos. Como sabemos, a linguagem (discurso) é instrumento como as coisas, com capacidade de induzir indivíduos, determinando valores e concretizando propostas<sup>31</sup>.

O discurso de Jarbas Passarinho dispunha-se em rejeitar tanto o liberalismo quanto o comunismo, numa fala conservadora e, até certo ponto, modernizante. O prefácio de *Um Híbrido Fértil* foi escrito por uma terceira pessoa, não pelo próprio Jarbas Passarinho, tendo sido realizado pelo filósofo Antônio Paim. Para este, as afirmações de Passarinho com relação a 1964 foram “acertadas”: “A Revolução de 1964 fez-se basicamente para impedir a derrocada do sistema representativo, preparada abertamente. Assim considerada, tratou-se de contrarrevolução.”<sup>32</sup> Logo depois, ele completa: “Inquestionavelmente, 1964 tinha uma intenção democrática. Os que pretendiam abertamente atentar contra as instituições democráticas estavam do outro lado”<sup>33</sup>. Porém, segundo o mesmo, o golpe foi “incitado” pelos liberais, que depois tiveram “que reconhecer seu erro”<sup>34</sup>.

Definir qual o sentido ideológico para as ações descritas nas memórias de Jarbas Passarinho não é uma tarefa fácil. Porém, identificar o que o autor não admite como sendo seu mote de ator político ficou claro quando encontramos o discurso anticomunista em seus livros. Neste sentido, para Perry Anderson, no mundo das ideias contemporâneas os pensadores e escritores pertencem a um universo político em que as categorias de centro, esquerda e direita ainda existem, porém, são fronteiras muito mais maleáveis e longe de se fixarem. A tendência natural é que

---

<sup>31</sup> NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012, p. 99.

<sup>32</sup> PAIM, Antonio. *Prefácio*. In: Passarinho, Jarbas. **Um Híbrido Fértil**. Rio de Janeiro: **Expressão e Cultura**. 1996, p. 11.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> *Ibidem*.



cada “família política” se interesse mais pelos seus próprios “parentes” do que pelos estranhos e adversários<sup>35</sup>. Podemos afirmar, então, que em seus discursos, Passarinho procurou manter-se dentro de uma neutralidade que o escondesse dos extremismos políticos (não se aliando nem a integralistas e recusando completamente os marxistas), afirmando apenas ser um defensor da democracia e inimigo dos que queriam destruí-la.

Para Jarbas Passarinho, apenas criticar o capitalismo e a burguesia não é motivo suficiente para o “fichamento”. Porém, ele afirma ter retirado seus nomes pois eram apenas um “grupo de sonhadores, embora se dizendo um grupo revolucionário antiburguês. Uma espécie de clube de estudos intelectuais, envergonhados de eles mesmos serem burgueses ou pequeno-burgueses”. Passarinho afirma que a AP recusava o marxismo, que considerava “personalista”, mas não obtinham posturas anticomunistas radicais, como aparece nessa suposta fala da AP nas memórias do autor: “Não podemos esquecer que os comunistas são nossos competidores. Contribuir para que eles chefiem o processo revolucionário seria ingenuidade”<sup>36</sup>.

Ao contrário dos movimentos sociais, setores progressistas da igreja católica e partidos de esquerda, o pensamento conservador naquele período sustentava modernizar o país com um desenvolvimento econômico arranjado, internacional e direcionado ao consumo da classe média. Nesse grupo se encontravam os militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado nacional e parlamentares ligados à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica. Além disso, em tempos de polarização política devido à Guerra Fria, esses setores temiam o engrandecimento dos movimentos sociais progressistas e consideravam que estes tinham vínculos com os movimentos socialistas internacionais<sup>37</sup>.

Desde as pequenas reuniões oficiais de membros das Forças Armadas, com a presença de Jarbas Passarinho, se planejava o golpe em mínimos detalhes, sempre com a premissa anticomunista presente nos discursos, inclusive sendo, até certo

---

<sup>35</sup> ANDERSON, Perry. **Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias**. São Paulo, Boitempo. 2012, p. 11.

<sup>36</sup> PASSARINHO, Op. Cit., p. 148.

<sup>37</sup> NEVES DELGADO, 2012, p. 104.



ponto, motivo agregador dos participantes. No Capítulo XII de *Um Híbrido Fértil*, Passarinho tece elogios ao oficial-general das Forças Armadas Estevão Taurino de Rezende Netto, o qual Passarinho fora designado como subordinado ainda em 1955 e agora retomava a parceria em 1961, quando se reapresentou ao Comando Militar da Amazônia<sup>38</sup>. Além disso, afirma que também se encontrou com mais dois oficiais-generais que representavam a Marinha, o almirante José Luiz da Silva Junior<sup>39</sup>, comandante do IV Distrito Naval, e a Aeronáutica, com o brigadeiro Ivo Borges Leal, comandante da I Zona Aérea, que haviam sido colegas no Colégio Militar do Rio de Janeiro e que isso “facilitava” a troca de opiniões e o exame do cenário político pré-golpe. Segundo Passarinho, os três tinham a mesma “vocação democrática e o comum posicionamento anticomunista”. Ele “secretariava” as reuniões dos três oficiais, e afirma que estavam preocupados com a “pregação revolucionária” e a agitação comandada pelo Sindicato dos Petroleiros<sup>40</sup>, afirmando que este estava sob direção comunista. Das reuniões, afirma no livro, Passarinho ficou encarregado de preparar o programa de instrução dos oficiais sobre as doutrinas contemporâneas, no quartel general do Comando Militar da Amazônia<sup>41</sup>.

No capítulo XIII, intitulado “Agitação Nacional”, Jarbas Passarinho segue o raciocínio do prefácio de Paim. Afirma que a direita estava amparada pelo IBAD, braço do poder econômico, “resultante de contribuição de empresários destinada a candidatos que lhes merecessem fé” por estes serem, justamente, anticomunistas e partidários da propriedade privada e iniciativa individual<sup>42</sup>. No mesmo capítulo, Passarinho afirma ter sido escolhido como alvo do “sindicato do terror”, o Sindicato dos Petroleiros, por sua “atuação claramente anticomunista”. Para ele, o sindicato havia sido dominado pelo comunismo:

O movimento sindical crescera na medida em que agentes comunistas, até então mascarados, empolgaram principalmente o Sindicato dos Petroleiros, apelidado (...) de ‘sindicato do terror’ O sindicato havia sido dominado por empregados da Petrobrás comprometidos com o comunismo, mas que esconderam habilmente suas vinculações ideológicas. Fora a primeira eleição,

---

<sup>38</sup> PASSARINHO, 1996, p. 148.

<sup>40</sup> O Sindicato dos Petroleiros acabou por sofrer intervenção direta em 1964. A direção fora destituída, sendo substituída pelo interventor José Maria de Castro Miranda, segundo notícia veiculada no jornal A Folha do Norte no dia 7 de abril de 1964.

<sup>41</sup> PASSARINHO, Op. Cit., p. 151.

<sup>42</sup> PASSARINHO, Op. Cit., p. 154.



aliás, para a organização do sindicato. Logo fui escolhido como alvo preferencial a ser destruído, dado o invulgar prestígio que granjeara entre os petroleiros, e devido à minha atuação claramente anticomunista<sup>43</sup>.

O discurso de Passarinho, seguindo o pressuposto teórico de Skinner<sup>44</sup>, segue um padrão de linguagem assim como suas ações. A sua visão sobre o que aconteceu na década de 1960 está registrada em livros de trinta anos depois, quando afirma, se referindo ao passado, que o golpe foi de ideologia anticomunista. Para ele, o AI-5 de 1968 só estava a alguns pontos de distância do governo Getúlio Vargas, entre 1930-1945: “Dir-se-á que sob o AI-5 não ficamos longe. Não há como negar, mas ainda assim com acentuada diferença de grau”. Passarinho, portanto, não mudou o discurso sobre o momento do golpe desde 1964 até escrever suas memórias, já que afirma ter participado de uma revolução de sucesso, mas de um regime que, em seguida, foi autoritário e antidemocrático (mas não totalitário)<sup>45</sup>.

A restauração do regime democrático pleno só haveria de concretizar-se mais de vinte anos depois, as dissidências, gerando a desinteligência entre os grupos originais, apareceram desde Castello *versus* Costa e Silva, até Geisel *versus* Médici, ao escapando mesmo Figueiredo em relação a seu antecessor; e até o esforço moralístico do início esmaeceu e acabou proporcionando gritas oposicionistas contra a corrupção. A Revolução perdeu-se no meio do caminho e chegou ao fim marcado pela impopularidade e renegada por muitos que se bateram por ela, no começo cheios de entusiasmo<sup>46</sup>.

Por mais que não esteja no escopo desse trabalho identificar a probabilidade ou não de um golpe de esquerda no Brasil (ou revolução de esquerda), é plausível trabalhar com o argumento de que a direita e setores estratégicos do movimento militar utilizaram-se desse pretexto e discurso. Por isso, Passarinho chama o ato de *contrarrevolução*, pois, para ele, a ameaça existia e era concreta.

### **Passarinho, anticomunismo e o contexto global**

“Estou a serviço da Revolução que se fez, inicialmente, para opor-se a comunização deste país, comandada da cúpula presidencial, com a conivência de aventureiros, de carreiristas e de inescrupulosos”. Assim Passarinho inicia o capítulo *Minha experiência no Governo do Pará* em seu livro *Na Planície*. Ele alega

---

<sup>43</sup> Ibid., p. 155.

<sup>44</sup> SKINNER, 2002, p. 145.

<sup>45</sup> PASSARINHO, 1996. 625

<sup>46</sup> Idem, 1991. P. 172



que ser comunista, janguista ou brizolista implicava em ser antidemocrático. Suas palavras não incluem esses grupos políticos como participantes da democracia. Segundo Rodrigo Patto de Sá Motta, esse foi um discurso característico na situação pré-1964, procurando estabelecer uma contraposição entre democracia e comunismo. Não apenas denunciaram os riscos que a democracia estaria correndo, mas estenderam o rótulo de “democratas” a todos os grupos anticomunistas. Os líderes que disputavam com os comunistas o controle das entidades estudantis eram “estudantes democratas”, os sindicalistas de orientação anticomunista eram dirigentes de “sindicatos democratas” e assim por diante. A julgar pelas representações anticomunistas construídas no quadro da crise pré-64, o que estava em jogo era uma luta pelo poder opondo democratas a comunistas<sup>47</sup>. Jarbas Passarinho, portanto, corroborava com essa visão e justificativa, como afirma em *Na Planície*:

Fazíamos a propaganda dos valores democráticos, justificando o porquê da nossa luta. Defendíamos o princípio de que a segurança interna não era assunto privativo das Forças Armadas, cabendo-nos o esclarecimento da opinião pública sobre a realidade do comunismo mundial, o desmascaramento das infiltrações, a identificação das organizações de fachada, ao mesmo tempo em que pregávamos o combate aos privilégios, para conscientizar seus detentores e abandonarem posições retrógradas e se motivaram para os postulados da Justiça Social<sup>48</sup>.

As justificativas para o golpe eram óbvias para o político, assim como a presença de uma doutrina anticomunista e, ainda, sua origem. Para Passarinho, os comunistas estavam em plena fase da Guerra Fria e dos alinhamentos automáticos<sup>49</sup>. Ficou claro, portanto, o caminho a seguir e as bases de sustentação ideológica que o movimento militar de 1964 possuía.

Segundo Nilson Borges, em 1964 ocorreu uma tomada de poder bem orquestrada pelos militares, com uma política que envolvia a desestabilização de empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que adotava a Doutrina de Segurança Nacional, criada com ajuda americana, segundo o autor, como mote propulsor do golpe. A doutrina fora criada a partir do antagonismo leste-oeste,

---

<sup>47</sup> SÁ MOTTA, 2000, p. 63.

<sup>48</sup> PASSARINHO, 1991, p. 94.

<sup>49</sup> Ibid., p. 92.



durante a Guerra Fria, e seu objetivo é manter um estado de guerra constante entre o comunismo e os países ocidentais. Além disso, a doutrina forneceu a estrutura necessária para que o estado se fortalecesse a ponto de sustentar tal guerra permanente.

A Doutrina de Segurança Nacional tem sua origem nos princípios de segurança coletiva da Doutrina Monroe, também dos Estados Unidos. Esse projeto ideológico se baseou na presença da ameaça comunista, fazendo com que o país fizesse ligações com outros ocidentais para frear o avanço subversivo inimigo<sup>50</sup>.

A Doutrina de Segurança Nacional passou por diversas etapas na sua formulação, mas o elemento fundamental é o conflito ideológico permanente, a possibilidade de uma guerra total entre Ocidente e Oriente, em função da qual toda nação deve mobilizar-se integralmente<sup>51</sup>.

O sentimento anticomunista, portanto, não era apenas uma vontade pessoal de Jarbas Passarinho. Remetia-se a um determinado grupo que carregava uma vontade institucional de que o comunismo fosse erradicado do Brasil. Pierre Ansart, analisando os ressentimentos na história, afirma que há um “ressentimento dos dominantes” quando estes enfrentam quem consideram “inferiores”. É um desejo de encontrar a autoridade perdida e “vingar a humilhação experimentada”, e faz um alerta: “Talvez seja urgente manifestar uma vigilância maior quanto aos ressentimentos legitimados pelo Estado”<sup>52</sup>. Rodrigo Patto, nesse sentido, reserva uma afirmação sobre anticomunismo e estado:

Criaram-se, assim, bases para estabelecimento de uma sólida tradição anticomunista na sociedade brasileira, reproduzida ao longo das décadas seguintes através da ação do Estado, de organismos sociais e mesmo de indivíduos, cujo zelo militante levou à constituição de um conjunto de representações sobre o comunismo, um verdadeiro imaginário anticomunista. Tal tradição passou a ser elemento constante nas campanhas e nas lutas políticas, o que não significa que suas manifestações tenham tido sempre a mesma intensidade. Em determinados períodos a presença do anticomunismo foi fraca, quase residual. Mas houve radicalização do fenômeno em algumas conjunturas históricas,

---

<sup>50</sup> BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 24.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>52</sup> ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. IN BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (org.) *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 15



sempre ligadas a fases de crescimento da influência do PCB, em particular, e da esquerda, em geral<sup>53</sup>.

Carlos Fico afirma que a produção da memória sobre a ditadura militar é uma disputa intensa entre vencedores e vencidos. Para ele, após o fim do regime em 1985, diversas memórias, de ambos os lados, foram lançadas de forma editorial. O autor afirma que os lançamentos realizados pelos “vencidos”, ou seja, a esquerda, os perseguidos e os torturados, alcançou maior visibilidade do que os livros memorialísticos dos “vencedores”, os militares e outros apoiadores do golpe e do regime, citando, inclusive, o livro de Passarinho de 1996, *Um Híbrido Fértil*<sup>54</sup>.

É possível perceber como o sentimento anticomunista não se restringiu a alguns componentes da classe civil do país em 1964. Institucionalmente, o anticomunismo era visto como o inimigo comum da constituição, da democracia e da ordem. A classe política explica o motivo do golpe em seus registros oficiais, como esse trecho do Diário Oficial da União de nove de abril de 1964:

O presente Ato Institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o país.(...) Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modifica-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas<sup>55</sup>.

No pós-fácio de *Um Híbrido Fértil*, Passarinho afirma: “Democrata por convicção, o império das circunstâncias, a que se refere Ortega Y Gasset, levou-me a participar de um regime autoritário, mas não exatamente ditatorial”. Portanto, para Passarinho, o movimento de 1964 fora, sim, um movimento autoritário, mas

---

<sup>53</sup> SÁ MOTTA, 2000, p. 7.

<sup>54</sup> FICO, 2004, p. 39.

<sup>55</sup> Diário Oficial da União publicado em 09/04/1964. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2765707/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-09-04-1964/pdfView>. Acesso em: 11 maio 2017.



não ditatorial, mesmo afirmando ser um “democrata por convicção”. O autor concorda que o conceito de ditadura é o proposto por Karl Loewenstein:

Ditadura é um conceito reservado para um tipo de governo, no qual uma instituição estatal, com exclusão de todas as demais, detém o poder em suas mãos, monopolizando-o. O Terceiro Reich de Hitler poderia ser este caso<sup>56</sup>.

Passarinho, então, não enxergava a democracia dessa forma, visto que se dava por satisfeito ao ver o “destróçamento de seus adversários políticos”. Como afirma Rodrigo Patto de Sá Motta:

No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos<sup>57</sup>.

Passarinho afirma também ter se filiado ao Solidarismo Cristão, de autoria do padre Fernando Bastos de Ávila, como ficou expresso no livro *Neocapitalismo, Socialismo, Solidarismo*. Este livro, cita Passarinho, dava não só as bases de sustentação para uma crítica ao marxismo, mas também contribuindo para alcançar a “democracia autêntica” através de reformas, “sem compromisso com o reacionarismo ou com o revolucionarismo”<sup>58</sup>. É nesse momento de sua biografia, que Jarbas Passarinho define as bases estruturais do golpe de 1964:

Ora, o Movimento de 1964, que chamo de contrarrevolução, tinha horror ao marxismo e à ação dos sindicatos, que haviam sido dominados pelos comunistas, ou pelos pelegos da sonhada república sindicalista de Jango<sup>59</sup>.

Podemos observar Passarinho se dando por “satisfeito” em seu discurso biográfico depois que as apurações da Comissão de Investigação foram encerradas e seus “adversários ideológicos” considerados culpados. Observa-se que a passagem está presente em seus dois livros de memórias, tanto *Na Planície*, de 1991, quanto em *Um Híbrido Fértil*, de 1996 – sendo este uma continuação do primeiro. O conceito de Pierre Bourdieu de *habitus* aparece aqui mais uma vez, visto que Passarinho nomeia algumas causas, sejam pessoais ou externas, que o levaram a

---

<sup>56</sup> PASSARINHO, 1996, p. 624.

<sup>57</sup> SÁ MOTTA, 2000, p. 63.

<sup>58</sup> PASSARINHO, Op. Cit., p. 161.

<sup>59</sup> Ibid., p. 161



recusar o comunismo e, por consequência, apoiar o golpe. Para ele, eram os comunistas que se nutriam de “ódio ideológico frio e perverso”:

Quanto a mim, dava-me por satisfeito com destroçamento dos adversários ideológicos. O terrorismo, já descrito, que se praticara contra mim e minha família, as ameaças constantes e covardes, o apunhalamento de meu irmão, as perseguições e as demissões dos que me eram fiéis, a mudança de comportamento dos pusilânimes, que começara a me revelar o estofo de que era feita certa espécie da humanidade, tudo isso estava vencido, com a derrota dos que se nutrem de ódio ideológico, o mais frio, o mais perverso de todos<sup>60</sup>.

### **Considerações finais**

Esse trabalho procurou, no discurso anticomunista, as premissas básicas e primárias que sustentaram o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Não sendo diferente no Pará, Jarbas Passarinho nos dá uma ampla visão, através de seus livros de memória, como se criou sua própria mentalidade anticomunista e como ela dialogou com seu contexto histórico-social.

Sabe-se que vários foram os fatores, pessoais e coletivos que construíram o discurso do autor para que ele produzisse seu discurso anticomunista. Foi uma disputa de interesses e ideologias onde o autor saiu “vitorioso”. Para ele, como Marx afirmava que a religião era o “ópio do povo”, não havia como Passarinho, católico apostólico romano, concordar com ele.

Essa memória, descrita e construída em seus dois livros, *Na Planície* e *Um Híbrido Fértil*, possibilitou uma análise ainda mais profunda sobre sua concepção de passado, já que Passarinho as escreveu na década de 1990, quase trinta anos depois do movimento militar de 1964. Há, em seus escritos, uma concepção de que, sim, haveria um golpe vindo da esquerda representada pela figura do então presidente João Goulart. Passarinho, então, agiu em nome da democracia, saindo da esfera militar para o “traíçoeiro terreno da política”, onde, de início, não pensava em se misturar.

Essa “defesa da democracia contra o comunismo ateu e tirano” foi um discurso recorrente nas memórias de Passarinho, que sempre se afirmou um democrata “satisfeito com o destroçamento dos adversários políticos”. Isso,

---

<sup>60</sup> PASSARINHO, 1996. p. 184-185.



juntamente com a questão religiosa, fundamentou as ideias e o pensamento do autor para justificar seu discurso anticomunista. Para o autor, ele não participou de um movimento ditatorial, atribuindo essa característica apenas para quem se assemelhava com a ideologia e forma de governo de Hitler na Alemanha. Afirma que sim, participou de um movimento que veio a se tornar autoritário com o passar dos anos, porém sempre em defesa da verdadeira democracia.

O trabalho procurou mostrar, então, qual o significado de democracia para Jarbas Passarinho. O que se encontrou foi uma mistura de cristianismo e política onde, para ele, sua compreensão passava pelo *solidarismo cristão* que repelia os extremos, tanto da esquerda quanto da direita, e se “isentava” dos erros fundamentalistas. Como encontrou no cristianismo uma antítese do marxismo, por ali ficou. O anticomunismo, porém, ficou marcado, mesmo nos sistemas eleitorais democráticos contemporâneos, como algo negativo. Como afirma Rodrigo Patto, até anos recentes, foi usado o termo comunista para desqualificar certos *candidatos* - ou seja, atores já participantes do sistema *democrático*. Porém, outras forças de esquerda não alinhadas à partidos ou movimentos comunistas – como o Partido dos Trabalhadores (PT) – já ganhavam força, enfraquecendo assim discurso anticomunista<sup>61</sup>

Na atualidade, essa desqualificação por muito tem aparecido desde que forças da extrema-direita ganharam proporções de grandeza tanto no Brasil como no mundo. Nomes como Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos, ganharam adeptos e utilizaram-se do discurso anticomunista para designar aqueles ligados aos partidos de esquerda – como o PT.

Neste sentido, resgatar as memórias de Jarbas Passarinho e as inserir num contexto nacional e global faz parte de uma tentativa de colocar o discurso anticomunista dentro da historiografia brasileira. Dessa forma, pesquisas futuras são possíveis na esteira do que fora discutido nessa presente pesquisa à medida que esse tipo de discurso, mesmo que trajado atualmente de forma diferente - como um *anti esquerdismo* mais implícito do que fora em 1964 – possa ainda ser discutido, assim como alguns paralelos serem traçados.

---

<sup>61</sup> PATTO, 2000, p. 345.



**Data de submissão:** 19/11/2024

**Data de aceite:** 23/12/2024

### Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. São Paulo: Boitempo, 2015.

\_\_\_\_\_. **Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias**. São Paulo, Boitempo. 2012.

ANSART, Pierre. *História e Memória dos Ressentimentos*. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Estado: Cursos em College de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BORGES, Nilson. *A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

COUTROT, Aline. *A religião e a política*. In: RÉMOND, René (coord). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DREIFUSS, René. **1964: A conquista do estado**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 1981.

DOURLENT-ANSART, Michèle. *O ressentimento – As modalidades de seu deslocamento nas práticas revolucionárias. Reflexões sobre o uso da violência*. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2004.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

HAROCHE, Claudine. *Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos*. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2004.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.



LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro, Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998.

MARX, Karl. *O Manifesto do Partido Comunista: o documento*. In: BOYLE, David. **O manifesto comunista de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida. *Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)*. In: FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucilia de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

PASSARINHO, Jarbas. **Na Planície**. Belém; Edições Cejup, 2ª edição, 1991.

\_\_\_\_\_. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

POCOCK, J.G.A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana; 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

PROST, Antoine. *As palavras*. In: RÉMOND, René (coord). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (org). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho no Brasil (1917-1964)**. Tese (Doutorado) Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SINGER, Paul. *O significado do conflito distributivo no golpe de 1964*. In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964: Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política: Questões metodológicas**. Alges, Portugal. DIFEL, 2002.



TUCK, Robert. *História do pensamento político*. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

